

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

VAGO CONFORME ATO DA MESA Nº 001/2011
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros- PSDB

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros- PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço- PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jalsler Renier- DEM
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço- PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho- PSL
Deputado Coronel Chagas- PRTB
Deputado Soldado Sampaio- PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Administrativos

SUMÁRIO

Extrato de Contrato do Processo nº 0.054/ALE/2010	2
Extrato de Contrato do Processo nº 0.025/ALE/2010	2
Resoluções de Afastamentos nº 201 e 202/2011	2
Projeto de Lei nº 016/2011	3
Proposta de Moção de Pesar nº 006/2011	4
Ata da 202ª Sessão Ordinária	4
Ata da 1992ª Sessão Ordinária na Íntegra	6

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

EXPEDIENTE

 Rua Coronel Pinto, esquina com a Av. Ville Roy, nº 524 - Centro
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

 NESS ANNE QUEIROZ LAMY
 Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
DA PRESIDÊNCIA: EXTRATOS DE CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

 PROCESSO N.º: **0.054/ALE/2010**

OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de veículos automotor, sem motorista.

 MODALIDADE – **Concorrência nº 001/2011**

 CONTRATANTE: **Assembleia Legislativa Do Estado De Roraima**
 CNPJ: **34 808 220/0001-68**

 CONTRATADA: **Terrestre Transporte Rodoviário Ltda –ME**
 CNPJ: **02 952 586/0001-10**

 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **01001.01031012.011/339039/001**
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: **LEI 8.666/93 e suas alterações posteriores**

 DATA DA ASSINATURA: **01/04/2011.**

 VIGÊNCIA: **9 (nove) meses até 31/12/2011**

 VALOR DO CONTRATO: **R\$ 1.469.655,00 (Hum Milhão Quatrocentos e Sessenta e Nove Mil, Seiscentos e Cinquenta e Cinco Reais)**

 CONTRATANTE: **Francisco de Sales Guerra Neto**

 CONTRATADA: **José Maria F. da Costa**
Boa Vista-RR, 12 de abril de 2011.
Aias Viana Bento
Secretário Administrativo
EXTRATO DE CONTRATO

 PROCESSO N.º: **0.054/ALE/2010**

OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de veículos automotor, sem motorista.

 MODALIDADE – **Concorrência nº 001/2011**

 CONTRATANTE: **Assembleia Legislativa Do Estado De Roraima**
 CNPJ: **34 808 220/0001-68**

 CONTRATADA: **Wallace P. Porto –ME**

 CNPJ: **84 034 669/0001-94**

 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **01001.01031012.011/339039/001**
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: **LEI 8.666/93 e suas alterações posteriores**

 DATA DA ASSINATURA: **01/04/2011.**

 VIGÊNCIA: **9 (nove) meses até 31/12/2011**

 VALOR DO CONTRATO: **R\$ 121.950,00 (Cento e Vinte e Hum Mil, Novecentos e Cinquenta Reais)**

 CONTRATANTE: **Francisco de Sales Guerra Neto**

 CONTRATADA: **Wallace Pinto Porto**
Boa Vista-RR, 12 de abril de 2011.
Aias Viana Bento
Secretário Administrativo
EXTRATO DE CONTRATO

 PROCESSO N.º: **0.025/ALE/2010**

OBJETO: Contratação de empresa especializada em realizar pesquisa que aponte os principais problemas do Estado.

 MODALIDADE – **Concorrência nº 004/2011**

 CONTRATANTE: **Assembleia Legislativa Do Estado De Roraima**
 CNPJ: **34 808 220/0001-68**

 CONTRATADA: **Instituto De Pesquisa Caleffi Ltda - EPP**

 CNPJ: **11 565 915/0001-60**

 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **01001.01031012.011/339039/001**
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: **LEI 8.666/93 e suas alterações posteriores**

 DATA DA ASSINATURA: **01/04/2011.**

 VIGÊNCIA: **9 (nove) meses até 31/12/2011**

 VALOR DO CONTRATO: **R\$ 1.170.000,00 (Hum Milhão Cento e Setenta Mil Reais)**

 CONTRATANTE: **Francisco de Sales Guerra Neto**

 CONTRATADA: **Rogério Luiz Caleffi**
Boa Vista-RR, 12 de abril de 2011.
Aias Viana Bento
Secretário Administrativo
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
R E S O L U Ç Ã O Nº 201/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento da servidora **ELANI CRISTINA SILVA RODRIGUES, ALE FG-7**, para a cidade de Santarém-PA, no período de 11.04 a 15.04.2011, aonde a mesma irá conhecer a Unidade do Almoarifado da Câmara Municipal daquela cidade para fins de implantação de sistema nesta Casa Legislativa, com ônus para este Poder, no tocante a 02 (duas) diárias.

Palácio Antônio Martins, 11 de abril de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO
3º Secretário
R E S O L U Ç Ã O Nº 202/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
1º RETIFICAR a Resolução nº 199/2011, publicada no Diário da Assembleia, Edição nº 1079, de 11 de abril de 2011, que autorizou o deslocamento da Excelentíssima Senhora Deputada **ANGELA ÁGUIDA PORTELLA ALVES**, para os municípios de Mucajaí, Iracema e Rorainópolis, no período de 09.04 a 11.04.2011.

2º Onde se lê: no período de 09.04 a 12.04.2011. **Leia-se:** no período de 09.04 a 11.04.2011. Pois a deputada acima mencionada, teve que antecipar seu retorno para o dia 12.04.2011 pela manhã em virtude da realização do I Simpósio da Saúde que acontecerá no Plenário da ALE/RR.

Palácio Antônio Martins, 12 de abril de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA
 1º Secretário
 Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
 2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

PROJETODELEI

PROJETO DE LEI Nº 016 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre o assédio moral, no âmbito da administração pública estadual direta, indireta, fundacional e autárquica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA: Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É vedada ao servidor a prática de assédio moral, no âmbito da administração pública estadual direta, indireta, fundacional e autárquica, cabendo à mesma o combate na esfera administrativa.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, assédio moral é a **exposição** dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, **repetitivas e prolongadas**, durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas em que predominam condutas negativas, relações desumanas e aéicas de **longa duração**, de um ou mais chefes, dirigida a um ou mais subordinado, desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, **forçando-o a desistir** do emprego.

Art. 3º Para caracterizar o assédio moral, deve-se observar:

- I - repetição sistemática;
- II - intencionalidade (forçar o outro a abrir mão do emprego);
- III - direcionalidade (uma pessoa do grupo é escolhida como bode expiatório);
- IV - temporalidade (durante a jornada, por dias e meses);
- V - degradação deliberada das condições de trabalho.

Art. 4º Por ser considerado ato que constitui violência psicológica, causando danos à saúde física e mental, não somente daquele que é excluído, mas de todo o coletivo, indispensável sua reprovação.

Parágrafo único. Um ato isolado de humilhação não é considerado assédio moral.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, o assédio moral praticado pelo agente, servidor, empregado ou qualquer pessoa que exerça função de autoridade, nos termos desta Lei, será considerado infração grave, a ser apurada em processo administrativo, assegurando ao acusado a ampla defesa e o contraditório, e sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - demissão.

§ 1º Na aplicação das penalidades, serão considerados os danos que dela provierem para o servidor e para o serviço prestado ao usuário pelos órgãos da administração direta, indireta e fundacional, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

§ 2º A advertência será aplicada por escrito, nos casos que não justifique imposição de penalidade mais grave, podendo ser convertida em frequência a programa de aprimoramento e comportamento funcional, ficando o servidor obrigado a participar regularmente, permanecendo em serviço.

§ 3º A suspensão será aplicada em caso de reincidência de faltas punidas com advertência e, quando houver conveniência para o serviço público, poderá ser convertida em multa.

§ 4º A demissão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com suspensão.

Art. 6º A ação disciplinar de que trata esta Lei seguirá o que é normatizado no art. 136 da Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, devendo o referido processo administrativo estar em conformidade com o disposto na Lei nº 418, de 15 de janeiro de 2004.

Art. 7º Quando a vítima for servidor público, terá direito, se requerer, à:

- I - remoção temporária, pelo tempo de duração da sindicância e do processo administrativo;

II - remoção definitiva, após o encerramento da sindicância e do processo administrativo.

§ 1º Quando a vítima estiver sob a guarda de instituição estadual, terá direito, se requerer, à remoção temporária, pelo tempo de duração da sindicância e do processo administrativo.

§ 2º Se houver reincidência de práticas ofensivas e violência moral, sem que medidas preventivas tenham sido adotadas pelo chefe imediato, este deverá ser responsabilizado solidariamente, respondendo administrativamente, sem prejuízos dos enquadramentos civis e penais.

Art. 8º Os procedimentos administrativos do disposto nesta Lei serão iniciados por provocação da parte ofendida ou por qualquer autoridade que tiver conhecimento da infração funcional.

Parágrafo único. A retratação pública, por escrito, seguida da retirada das queixas contra o servidor que figura como vítima, não poderão ser considerados como elementos atenuantes no processo administrativo do acusado de cometer assédio moral.

Art. 9º Será de responsabilidade do Estado o custeio integrado do tratamento do servidor que adoecer ou for vítima de acidente, em função de assédio moral, sem prejuízo do pagamento das indenizações pertinentes, caso fique provada judicialmente a omissão do chefe hierárquico na solução do problema.

Art. 10. Será anulado o ato administrativo da demissão de servidor público vítima de assédio moral ou que tenha figurado como testemunha de processo administrativo que vise apurar tal fato; em ambos os casos, desde que seja devidamente comprovado.

Art. 11. Compete ao Estado dar ampla divulgação desta Lei, devendo realizar campanhas, editar cartazes e cartilhas, buscando coibir a prática do assédio moral nas repartições públicas.

Art. 12. Cabe ao Poder Executivo instituir ouvidoria especial para receber e apurar denúncias de assédio moral previsto nesta Lei e outras infrações decorrentes das relações de trabalho.

Art. 13. A receita proveniente das multas impostas e arrecadadas nos termos desta Lei será revertida e aplicada exclusivamente no programa de aprimoramento e aperfeiçoamento funcional do servidor.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Antônio Martins, ___ de _____ de _____.

SOLDADO SAMPAIO
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A prática do assédio moral em nosso país, durante séculos, mantém-se silenciosa, mascarada, quase invisível; todavia, não há mais como ignorar o seu potencial de destruição, pois, sem qualquer gesto brutal, aniquila as suas vítimas, de forma gradativa e imperceptível, levando-as ao desajuste e à desarmonia.

Essa violência velada constitui-se na repetição de práticas constrangedoras ou vexatórias, quando chefes, gerentes ou encarregados, geralmente pessoas que exercem função de liderança, abusam da autoridade que recebem e interferem negativamente na vida profissional dos seus subordinados. São atitudes reiteradas que atingem a auto-estima e reduzem a capacidade de reagir, fazendo o indivíduo assediado duvidar de si e de sua competência.

Os direitos humanos tais como à saúde, ao trabalho e a dignidade, muitas vezes, são desrespeitados, principalmente quando o homem se encontra na posição de trabalhador. A defesa e o reconhecimento desses direitos, no âmbito internacional, estão presentes em diversos e importantes documentos, como é o caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, em seus Artigos I, XXIII e XXV.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) integra o sistema das Nações Unidas e trata-se de uma de suas agências especializadas, tendo como objetivos "melhorar as condições de trabalho, levantar o nível de vida e promover a estabilidade econômica e social através de convenções internacionais (...), ou seja, vem ao longo dos anos se preocupando, de um modo geral, com a questão da manutenção da saúde e da segurança dos trabalhadores"¹. No que diz respeito especificamente ao assédio moral a OIT elaborou uma lista, tipificando-o como:

- 1- Medida destinada a excluir uma pessoa de uma atividade profissional;

2- Ataques persistentes e negativos ao rendimento pessoal ou profissional, sem razão;

3- Manipulação da reputação pessoal ou profissional de uma pessoa, através de rumores e ridicularização;

4- Abuso de poder, através do menosprezo persistente do trabalho da pessoa ou a fixação de objetivos, com prazos inatingíveis ou pouco razoáveis ou a atribuição de tarefas impossíveis;

5- Controle desmedido ou inapropriado do rendimento de uma pessoa. (Informação sobre a OIT, in *Jornal do Advogado, Assédio Moral ano XXX, n. 293, abril de 2003, p. 15.*)

Frente ao exposto e fundamentado, fica demonstrada a relevância de se dispor sobre o tema, visto que a falta de definição sobre a infração disciplinar "assédio moral", na Administração Pública Estadual, sugere descaso ou omissão dos poderes constituídos pelo povo.

Dessa forma, rogo pelo apoio à aprovação deste, não apenas dos deputados desta Casa, mas dos cidadãos compromissados com a Dignidade da Pessoa Humana.

Palácio Antônio Martins, ____ de _____ de _____.

SOLDADO SAMPAIO
 Deputado Estadual

PROPOSTA DE MOÇÕES

PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº006/11

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o plenário aprovou e mesa diretora torna publica a seguinte: -Moção de pesar o povo maranhense pelo falecimento de seu filho **Dr. JACKSON LAGO** ocorrido no dia 04 do corrente.

A Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de publico apresentar sentimentos de pesar ao povo do Maranhão pela perda de seu filho Dr. Jackson lago.

O Dr. Jackson Lago, ex-governador do Maranhão, nasceu em 1º de novembro de 1934, no município de Pedreiras, na região central daquele Estado. O mesmo teve a sua carreira política iniciada na sua cidade natal, que fica a 270 km da capital São Luís, ainda na época da ditadura militar, na década de 1960.

Lago formou-se em Medicina e exerceu tal ofício em diversos hospitais, bem como lecionou na Faculdade de Medicina do Estado do Maranhão. Em 1979, ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao lado de Leonel Brizola e de outros políticos de grande relevância nacional – dando início a uma nova profissão que lhe deu notoriedade.

Permaneceu filiado ao PDT durante toda a sua trajetória política, chegando a ser um dos vice-presidentes da Executiva Nacional do partido. Jackson Lago foi prefeito de São Luís por três vezes: de 1989 a 1992, de 1997 a 2000 e de 2001 a 2002, quando se candidatou ao governo do Estado. Nas eleições de 2002, foi segundo lugar nas eleições, com 42,5% dos votos, perdendo para o ex-governador José Reinaldo Tavares. Em 2006, Jackson Lago candidatou-se novamente ao governo do Estado e foi eleito, em 2º turno, com 51,82% dos votos, disputados com Roseana Sarney.

Ele ficou no comando do Maranhão por dois anos, três meses e 15 dias. Em 16 de abril de 2009, teve o mandato cassado por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No ano passado, Jackson Lago candidatou-se pela terceira vez ao mais alto cargo do Poder Executivo maranhense; uma aliança do PDT com o PSDB, resultou em terceiro lugar nas eleições, com 19,53% dos votos, porém enfrentou uma campanha forte e cansativa, ao tempo que lutava contra o câncer de próstata que vinha tratando desde 2004.

A doença, porém, o fez se afastar das atividades políticas e seguir para São Paulo com o intuito de dar continuidade ao tratamento do câncer, mas não resistiu após cinco meses de tratamento, a morte o retirou definitivamente do cenário político, mas não turbou em nada a relevância de sua eterna contribuição no desenvolvimento do Estado do Maranhão, o que é refletido no pesar de nossa gente, como povo de Roraima, como doce rincão dos egressos do Maranhão.

SOLDADO SAMPAIO
 Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia sete de abril de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão, convidando os Senhores Deputados **Erci de Moraes** e **Chicão da Silveira** para atuarem como Primeiro e Segundo Secretários *ad hoc*, respectivamente. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Segundo Secretário *ad hoc* proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Expediente: **RECEBIDO DOS DEPUTADOS**: Moção de Apoio ao Senador **Romero Jucá**, de autoria de vários Deputados. Moção de Apoio à professora **Antônia Vieira dos Santos** – Tônica, de autoria de vários Deputados. Projeto de Lei s/nº, de 05/04/2011, de autoria da Deputada **Ângela Águia Portella**, criando a Semana Estadual da Criança e do Adolescente no Estado de Roraima. Projeto de Lei s/nº, de 06/04/2011, de autoria da Deputada **Ângela Águia Portella**, informando que fica instituído o Programa Estadual de Educação Ambiental, com o objetivo de promover ações que visem à formação da consciência ecológica dos estudantes da rede pública estadual. **EXTERNO**: Ofício nº 075/11, de 05/04/11, da Procuradoria Geral da Justiça, encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Roraima, prevista no parágrafo 5º do Artigo 130-A, da Constituição da República, e dá providências. **GRANDE EXPEDIENTE**: O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** iniciou parabenizando o Senhor Deputado **Diego Coelho** pelo seu aniversário, bem como, todos os jornalistas, pela passagem do Dia da Imprensa. Em seguida, reportou-se às invasões de terras em Roraima, destacando que se criou uma indústria de invasões, onde as pessoas invadem terrenos e vendem por um preço acessível. De acordo com o Senhor Parlamentar, por conta dessa situação, iniciou uma investigação, constatando várias irregularidades cometidas por pessoas que se dizem líderes de sem teto e se aproveitam disso para tirar proveito político, em detrimento dessas pessoas que não têm casas. Prosseguindo, deu conhecimento, através de documento, de que pessoas que já foram beneficiadas vendem suas casas e entram novamente na fila, buscando casa ou praticando invasão. Após, informou que, recentemente, o ITERAIMA cancelou a titulação de terras que seriam usadas nas próximas campanhas políticas. Segundo o Senhor Deputado, é preciso cobrar das autoridades, principalmente do Ministério Público e do Executivo Municipal e Estadual, políticas sérias de fiscalização dessas falsas lideranças, que se aproveitam de pessoas carentes de habitação para tirar proveito. Continuando, disse que encaminhará o documento fruto de sua investigação ao Ministério Público, pedindo a abertura de um inquérito para apurar as irregularidades e averiguar que interesses estão por trás dessas invasões, destacando a necessidade de um cruzamento de informações de dados entre o Executivo Estadual e Municipal para saber quem, realmente, precisa de habitação neste Estado. Finalizando, frisou que apoia as lideranças que fazem um movimento sério de cunho social, mas que não pode concordar com fatos como esses, ressaltando que existem até políticos envolvidos, com o objetivo de obter vantagem nas próximas eleições. O Senhor Deputado **Flamarion Portela**, reportando-se à questão da banda larga no Estado, informou ter apresentado um requerimento à Mesa Diretora, no sentido de convidar para vir a esta Casa representantes da Oi e de outras entidades envolvidas no sistema de comunicação para tratar da questão, no entanto o gerente da empresa não aceitou o convite. Prosseguindo, definiu como inaceitável a postura da Oi de pegar a fibra ótica de linha de transmissão de Guri até Boa Vista, através de empréstimo do BASA, levando essa fibra ótica até Manaus, com quarenta mil pontos instalados, enquanto no Estado de Roraima não chega nem a quatro mil pontos. Após, disse considerar que a Oi está agindo de forma egoísta e gananciosa, destacando que paga setenta reais de assinatura de internet e não usufrui do serviço, e defendeu o cancelamento da assinatura, por não estar suprindo a demanda. Em seguida, reportou-se à comemoração do Dia Mundial da Saúde, ressaltando que o Estado se preocupa mais em curar a doença, quando

o maior papel do setor deve ser evitar que o cidadão chegue ao leito do hospital. Na opinião do Senhor Parlamentar, o primeiro ponto para evitar a doença é a alimentação, no entanto, em Roraima, o que se vê é o atraso do pagamento do vale-alimentação a sessenta e cinco mil famílias; o não funcionamento do restaurante popular; e a merenda escolar que não está tendo a proteína necessária que o aluno deve receber. Continuando, ressaltou que outros pontos importantes e necessários para evitar que o cidadão adoça são o tratamento da água, a campanha de vacinação, com a imunização das crianças, e o esgotamento sanitário. Finalizando, afirmou que, no Dia Mundial da Saúde, o setor está vivendo problemas sérios, razão pela qual solicitou uma CPI, para apurar as denúncias relativas ao desvio de recursos federais que deveriam ser destinados à saúde. O Senhor Deputado **Francisco Brito** iniciou seu pronunciamento cobrando da Secretaria de Estado de Infraestrutura a conclusão de uma obra que foi contratada, através de um consórcio empresarial entre as empresas Blocos Engenharia e Pedra Pintada, para resolver problemas de alagamento em alguns pontos críticos do Município. Em seguida, enfatizou que o ponto mais crítico de alagamento da cidade de Boa Vista fica entre as Avenidas Bandeirantes e Ataíde Teive, onde estão instaladas quase quarenta empresas, que empregam mais de trezentos colaboradores, e dezoito residências, apresentando alguns slides que comprovam o alagamento, causando prejuízo principalmente aos comerciantes, que perdem toda a sua mercadoria. De acordo com o Senhor Deputado, essas empresas pagam quase cem mil reais de ICMS, mensalmente, e as famílias que moram nessas localidades, há quase trinta anos, anualmente, ficam desabrigadas, tendo que se deslocar para a casa de familiares. Após, chamou a atenção para uma obra contratada pela Secretaria de Infraestrutura, no valor de dez milhões de reais, do qual o Governo do Estado tem uma contrapartida de apenas cinco por cento, que foi suspensa porque o pagamento não está sendo efetuado. Continuando, pediu celeridade para a conclusão da obra, pois o inverno está chegando e as providências não foram tomadas, ressaltando que os recursos existem, mas a obra está paralisada pela morosidade com que a coisa pública é tratada, destacando que quem sofre é o povo, que trabalha e paga imposto, portanto, merece mais atenção das autoridades. Finalizando, afirmou que o seu compromisso é com o povo de Roraima, e não com o Governador, e que cobrará veementemente que esses recursos sejam aplicados e o problema resolvido, independente de quem seja o Governo, conclamando todos os Parlamentares para se unirem na busca da solução desse problema. O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**, inicialmente, referindo-se à fala do Senhor Deputado **Francisco Brito**, com relação à questão da infraestrutura, que, em sua opinião, seria competência do Município e é o Estado que está fazendo, explicou detalhadamente os procedimentos adotados para execução do orçamento público. Em seguida, questionou os serviços prestados pela Prefeitura, mostrando alguns exemplos do mau funcionamento desses serviços. Prosseguindo, reportou-se aos Senhores Deputados **Flamarion Portela**, **Mecias de Jesus**, **Aurelina Medeiros** e **Erci de Moraes**, afirmando que eles conhecem bem o orçamento e o serviço administrativo, portanto, sabem o que são restos a pagar, e criticou o Governo Federal pelo tratamento dado aos Estados pobres e aos municípios carentes. Segundo o senhor Parlamentar, quando existe uma obra de asfaltamento, drenagem, rede de esgoto em andamento e passa de um ano para o outro, através de decreto, são sustadas pela União as transferências dos recursos para os municípios e para o Estado. Continuando, esclareceu que não está fazendo nenhuma crítica à Prefeitura nem querendo dizer que o Estado funciona melhor, mas apenas quer colocar que o problema está na redistribuição maciça de recursos, que é de competência da união. Finalizando, afirmou que nem as prefeituras nem o Governo de Roraima têm recursos disponíveis para a demanda que chega para cada gestor, ressaltando que a grande concentração de recursos da enorme carga tributária paga todos os meses fica na mão da União, dependendo, dessa forma, da liberação dos recursos, para que se possa executar o mínimo para a população.

ORDEM DO DIA: Não houve. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** A Senhora Deputada **Ângela Águida Portella** parabenizou o Senhor Deputado **Dhiego Coelho** pelo seu aniversário, desejando-lhe felicidades, saúde e sucesso. O Senhor Deputado **Francisco Brito** parabenizou todos os jornalistas pelo Dia Nacional da Imprensa, agradecendo aos profissionais da área pelo trabalho que têm feito no Estado de Roraima e por terem enaltecido, tantas vezes, os trabalhos desta Casa. O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** parabenizou o Senhor Deputado **Dhiego Coelho** pelo seu aniversário, desejando paz e saúde para ele e toda a sua família. Em seguida, parabenizou todos

os jornalistas do Estado de Roraima, principalmente aqueles que fazem um jornalismo sério, respeitoso e sem maledicência. O Senhor Deputado **Erci de Moraes** se associou aos Senhores Deputados **Ângela Águida Portella** e **Mecias de Jesus** nas felicitações ao Senhor Deputado **Dhiego Coelho**, desejando-lhe sucesso nesta Legislatura, saúde e, sobretudo, paz e felicidade junto aos seus familiares. Em seguida, elevou uma prece a Deus para que ilumine os dirigentes do Estado de Roraima com uma parcela maior de responsabilidade para que o setor de saúde possa reencontrar o caminho e a missão de proporcionar ao povo deste Estado mais saúde. Prosseguindo, cumprimentou o Senhor Deputado **Raul Lima** por ter conseguido, através de uma proposta à Comissão da Amazônia, fazer com que seja realizada, em breve, uma audiência pública no Congresso Nacional para debater essa situação, convidando as autoridades responsáveis pelo problema. Finalizou cumprimentando os jornalistas que fazem parte desta Casa pela comemoração do Dia Nacional da Imprensa, ressaltando que são eles que fazem com que a nossa democracia cresça, aperfeiçoe-se e a liberdade pública seja, a cada dia, mais conquistada e respeitada. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio**, referindo-se aos movimentos de invasões, registrou o recebimento de um documento de uma entidade séria para cadastrar famílias que precisam de casa própria num projeto habitacional. Segundo o Senhor Deputado, o caminho para se conseguir uma casa é esse, através de cadastramento, de uma análise, buscando parcerias junto às faculdades e à Caixa Econômica. Prosseguindo, parabenizou o Senhor Deputado **Dhiego Coelho** pelo seu aniversário, bem como, a imprensa roraimense, principalmente desta Casa Legislativa. Finalizou reiterando seu pedido ao Líder do Governo para que encaminhe a esta Casa, o quanto antes, o Projeto do Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Roraima. O Senhor Deputado **Flamarion Portela** iniciou desejando ao Senhor Deputado **Dhiego Coelho** saúde, junto com a sua família, pelo seu aniversário. Em seguida, parabenizou os jornalistas pelo Dia Nacional da Imprensa, especialmente os desta Casa, destacando que eles exercem um papel nobre e com muita responsabilidade no seio da sociedade. Finalizando, desejou que, no Dia Mundial da Saúde, seja reconhecida a dedicação dos trabalhadores dessa área, que estão ali dedicando as suas vidas para atender as pessoas, ressaltando as dificuldades por eles enfrentadas. O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** cumprimentou todos os ouvintes da Rádio Roraima. Em seguida, registrou seu reconhecimento a todos os jornalistas que fazem seu trabalho com respeito, decência e responsabilidade. Finalizou cumprimentando o Senhor Deputado **Dhiego Coelho** pela passagem de seu aniversário, desejando-lhe muita saúde. O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** parabenizou o Senhor Deputado **Dhiego Coelho** pelo seu aniversário. Em seguida, destacou que, certa vez, ao ser questionado sobre a responsabilidade de ser um Deputado jovem, sua resposta foi de que a idade não está no RG, mas no preparo e na competência, e isso, em sua opinião, o Deputado aniversariante tem de sobra. Prosseguindo, parabenizou os jornalistas pelo Dia Nacional da Imprensa, ressaltando que sabe da luta desses profissionais, principalmente dos que têm compromisso com este Estado, que, segundo o Senhor Parlamentar, são heróis, guerreiros por exercer uma profissão com gosto e com pouca valorização. Finalizou informando que, no Dia Nacional da Saúde, foi licitada a obra do Hospital das Clínicas, que vai ser construído na Avenida S-4, no bairro Pintolândia, com prazo de execução de quatrocentos e cinquenta dias. A Senhora Presidente em exercício, Deputada **Aurelina Medeiros**, convidou todos os Deputados, servidores, imprensa e população em geral para prestigiar a exibição do filme "Remanescente das Sombras", do cineasta roraimense Alex Pizano, a partir das 19 horas, no Plenário, sendo, em sua opinião, uma oportunidade para que se conheça um pouco mais da cultura de Roraima. Em seguida, parabenizou o Senhor Deputado **Dhiego Coelho** pela passagem de seu aniversário, bem como, os jornalistas, em nome do jornalista **Marcone Lázaro**, pela passagem do Dia Nacional da Imprensa, reconhecendo seu valioso trabalho. Finalizando, destacou a licitação do Hospital das Clínicas, que será construído na S-4, pedindo a Deus para cuidar da saúde, que é o bem maior de um povo. E, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente em exercício encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 12, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Águida Portella**, **Aurelina Medeiros**, **Brito Bezerra**, **Célio Wanderley**, **Chicão da Silveira**, **Coronel Chagas**, **Dhiego Coelho**, **Erci de Moraes**, **Flamarion Portela**, **Joaquim Ruiz**, **Marcelo Natanael**, **Mecias de Jesus**, **Naldo da Loteria**, **Sargento Damosiel** e **Soldado Sampaio**.

Approvada em:12/04/11

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 1992ª SESSÃO, EM 16 DE MARÇO.
 41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL
 CHAGAS.

Às nove horas do dia dezesseis de março de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a milésima noningentésima nonagésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Chicão da Silveira**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que procedo à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – O Senhor Presidente o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Ofício nº 06/11, de 14.03.11, do Gabinete do Deputado **Marcelo Ferreira Gomes**, justificando sua ausência à Sessão do dia 16.03.11.

Indicação s/nº, de 15.03.11, de autoria do Deputado **Gabriel Picanço**, ao Governador do Estado, solicitando a reforma de estradas e pontes dos Municípios de São Luiz do Anauá, Vicinais 18, 20, 21 e 22; Caroebe, Vicinais 05 e 34; e São João da Baliza, Vicinal 26.

Indicação s/nº de 15.03.11, de autoria do Deputado **Jean Frank**, ao Governador do Estado, solicitando promover o subsídio de 60% do valor da dose da vacina de combate à febre no rebanho do Estado, semestralmente, até sua erradicação.

Memo nº 01/11, de 15.03.11, do Deputado **Remídio Monai**, comunicando sua ausência à Sessão do dia 10.03.11.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Focarei minhas palavras hoje nos programas de distribuição de renda do Estado de Roraima. O filósofo **Betinho** que o Brasil conheceu nas campanhas de combate à fome e principalmente, nas campanhas de natal “Sem fome”, dizia que quem tem fome tem pressa, e é verdade, que tem fome não espera, até porque o alimento é a essência da vida, é a substância, é a energia que todo ser humano precisa.

O Vale Alimentação, o pró custeio, e o estágio remunerado são programas de distribuição de renda. O vale alimentação está passando por um processo de recadastramento, o qual deveria começar no dia 14, mas passou para o dia 21 e agora vai ser feito até o dia 15 de abril, consequentemente, o vale alimentação que não foi pago em dezembro, em janeiro, e nem em fevereiro, e não será pago em março e nem em abril, tomara que ele seja pago pelo menos em maio. Diante disso quero chamar a atenção para o dinheiro destinado ao vale. Para onde estar indo esse dinheiro, se as pessoas cadastradas não estão recebendo? E esse dinheiro está consignado, aprovado no orçamento, é lei e o Governo não cumpre o que ele mesmo mandou para cá, através da sua proposta? Se tivesse pago o vale de R\$ 80,00 reais para as R\$ 75 mil famílias cadastradas, o governo teria gasto no mês de dezembro cinco milhões e duzentos mil reais, mas não foi pago e ninguém sabe para onde foi o dinheiro.

Se o governo cumprisse a sua promessa de pagar 150 reais de Vale Alimentação para as famílias, gastaria nove milhões, setecentos e cinquenta mil por mês, nos quatro meses que não pagou, dariam trinta e nove milhões, com mais cinco milhões do mês de dezembro são quarenta e quatro milhões que estão sendo tirados da alimentação das crianças, das senhoras, dos idosos, dos pais e mães de famílias. Vou

repetir, quarenta e quatro milhões que estão consignados no orçamento e não estão sendo repassado para as famílias carentes.

Com relação ao pró custeio, sabemos que o inverno começou, isso é o que diz os estudiosos do assunto, e com o inverno começando, era para o Estado já está pagando a primeira parcela do pró custeio pelo menos, com a finalidade do agricultor familiar se preparar para realizar a sua plantação, para colher depois, ter a fartura na mesa da sua família, mas acima de tudo, também poder comercializar, ter dinheiro no bolso e elevar a qualidade de vida da sua família, entretanto, do pró custeio ninguém fala, está no orçamento mas ninguém comenta, parece que estamos vivendo num mundo diferente, de desobediência absoluta à lei orçamentária aprovada por esta Casa e publicada no Diário Oficial no início do mês de janeiro, sete milhões e meio somados aos quarenta e um milhões, são cinquenta e um milhões de reais que não estão sendo entregues à sociedade, e isso é um direito do povo. São programas governamentais de transferências de rendas, consignados em lei, aprovados em orçamento e que deveriam chegar ao destinatário que são as pessoas carentes. O Estágio Remunerado é direcionado para os jovens que estão se preparando para o vestibular, terminando o ensino médio, que precisam pagar um cursinho, comprar um livro, uma apostila, que precisam se preparar para enfrentar a batalha do vestibular, para ingressar na universidade, para conseguir mais conhecimento e, consequentemente preparam-se mais para a vida, para serem vencedores, para realizarem seus sonhos e ajudarem seus familiares.

Dois desses programas de renda, o Vale Alimentação e o pró custeio, foram criados na época do meu governo, criado por mim e pela **Ângela** que ajudou implementar esses programas no Estado inteiro. O terceiro programa, o Estágio Remunerado foi criado pelo Governador **Ottomar Pinto** que também criou a bolsa universitária que também não está sendo cadastrado. Passou as eleições, o Estado parou, os recursos que vem ninguém sabe para onde vai e as pessoas que realmente precisam e carecem, não são atendidas.

Então, já estamos ingressando para o fim do mês de março e não se houve falar em recadastramento das bolsas universitária, entretanto, o dinheiro cai três vezes por mês na conta do governo. Cai a cada dia 10, a cada dia 20 e a cada dia 30. Da mesma forma que ocorre a transferência de FPE, ocorre com o ICMS, com o IPVA, com as taxas, com o FUNDEB, com o SUS. Não é falta de dinheiro, Deputado **Brito**, comprovadamente nós já demos aqui, e Vossa Excelência, inclusive, demonstrou que o Estado de Roraima não padece de falta de recurso, padece sim de bom gerenciamento, de boa aplicabilidade dos mesmos. Então, fica aqui, mais uma vez, a nossa cobrança para atenderem as pessoas cadastradas no Vale Alimentação. Finaliso ressaltando o que o **Betinho** disse: “Quem tem fome, tem pressa”. Muito Obrigado

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, funcionários desta Casa, imprensa, demais amigos presentes. Venho usar a Tribuna, mais uma vez, para defender as indicações que tenho feito. A indicação de hoje com o objetivo a reforma de estradas, vicinais e pontes no município de Caroebe, São Luiz do Anauá e São João da Baliza, porque hoje é quase inviável o tráfego de pessoas e a escoação da produção. A infraestrutura no setor de transportes, estradas e pontes têm contribuído para reduzir as distâncias, permitindo ultrapassarmos barreiras físicas sobre os rios e serras, condicionando a acessibilidade das regiões e, por isso, o seu desenvolvimento econômico e social. Uma estrada, além de ligar um lugar a outro, é sinônimo de desenvolvimento econômico e qualidade de vida, mas o interior do Estado de Roraima, mais precisamente os municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá tem sido motivo de muita preocupação. Nesses locais, as vicinais encontram-se quase que intratáveis e as pontes são um risco constante às pessoas que delas fazem uso. No Município de São João da Baliza, no travessão que liga a vicinal 26 à vicinal 22, chamada de projeto integração, há uma ponte que nunca foi utilizada por está inacabada, obrigando as pessoas a utilizarem um desvio. No início da vicinal 22, a ponte de acesso é composta por um conjunto de tábuas velhas, sem o mínimo de segurança, recuperada várias vezes pelos próprios moradores da região, sendo que a obrigação que não é deles, mas do Estado.

Outra situação que preocupa nesta vicinal é a falta de manutenção dos postes, que ameaçam deixar os moradores sem energia a qualquer momento.

No Município de Caroebe, na vicinal 05, há uma obra de pavimentação no valor de 6.639.717,20, do Governo do Estado de

Roraima, que está parada sem motivo justificado e sem prazo de retomada.

No Município de São Luiz do Anauá, na Vicinal 21, Serra Dourada, a ponte sobre o rio Anauá desabou juntamente com um caminhão que trafegava por lá, deixando mais de 100 famílias isoladas e por não haver apoio do governo, os próprios moradores buscaram uma solução para o problema.

Situações idênticas ocorrem nas vicinais 18 e 22, onde as estradas quase intrafegáveis e pontes que a qualquer momento podem desabar dificultam a vida do trabalhador do campo, criando um obstáculo ao escoamento de sua produção, ao acesso a educação, a saúde, etc.... ou seja, a uma vida com um mínimo de dignidade, o que é uma garantia do nosso Estado democrático de direito.

Concluindo, é necessário a recuperação das pontes e vicinais dos municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá, que é um direito do trabalhador rural, garantido constitucionalmente.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Deputado Gabriel, esses recursos para o asfaltamento de vicinais são oriundos do BNDS. Este Poder aprovou 145 milhões para o asfaltamento dessas vicinais. Portanto, não é falta de recursos para asfaltar as tão propaladas vicinais. Vossa Excelência, em visita, in loco, constatou que as obras estão paradas sem motivo algum. Então, se o dinheiro está aí, está disponibilizado, está em caixa, por que a obra está parada? Aproveito a oportunidade e convoco aqui a nossa comissão de infraestrutura para que, após o término da Sessão, possamos discutir, fazer uma vistoria, uma visita, e termos informações da Secretaria de infraestrutura do por que, que essa obra está parada. Parabéns pelo pronunciamento de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** continua - Acredito, Deputado **Flamarion Portela** que, muitas vezes, na estrutura governamental falta gerenciamento dos nossos Secretários de Estado, falta empenho para que eles possam desenvolver os trabalhos que foram convocados por Vossa Excelência, o Senhor Governador, para que eles usem as pastas que são detentores para fazerem o gerenciamento que Roraima precisa. E Estado precisa de homens e mulheres que tenham compromisso com essa terra para trabalhar e para alavancar, sem dúvida nenhuma, o homem do campo para que tenham mais oportunidade, pois são sofrendores e, muitas vezes, devido aos desmandos da administração pública, ficam esquecidos, mas são muito importantes para o nosso Estado, como todo e qualquer cidadão, e precisam de defensores, pois são merecedores do nosso apoio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, caro Deputado **Gabriel**. Quero parabenizar Vossa Excelência por, mais uma vez, estar trazendo ao conhecimento do público, ao conhecimento desta Casa, a situação caótica em que vivem os trabalhadores do Estado de Roraima, especialmente aqueles que vivem no interior, os que dependem de transporte, dependem de estrada, pois a maioria das estradas do nosso Estado estão ficando sem condições de tráfego, há pontes quebradas em todas as vicinais. O inverno, segundo anunciou agora o Comandante do Corpo de Bombeiros, está chegando nos próximos três meses será incalculável a quantidade de chuva que vai cair no nosso Estado. E, o Governo teve tempo suficiente para resolver essas questões. Gostaria de me juntar a Vossa Excelência, ao Deputado **Flamarion Portela**, aos Deputados desta Casa, para que possamos cobrar do Governo do Estado a aplicação do orçamento nas questões de fato, como por exemplo, na recuperação de estradas, para que se reconstruam as pontes para melhorar a vida do trabalhador do Estado, para que se resolva de forma definitiva o problema. Há muito dinheiro nos cofres do Estado. Nós somos pouco mais de quatrocentos mil habitantes e somos a maior renda per capita do Brasil, mas temos a pior da saúde a pior educação e as condições mais subumanas do Brasil. Tudo isso não é falta de tempo e nem de dinheiro e sim, falta de compromisso com o nosso Estado. Então, me junto a Vossa Excelência nesse apelo público em favor do povo do nosso Estado.

Quero relembrar também a questão da vicinal 34, no Município de Caroebe, onde se iniciou o asfaltamento. Fizeram milhares de propagandas dizendo que o asfalto da vicinal estava completo e o trabalho parou há muito tempo, tão logo acabou a eleição. Da mesma forma a vicinal 1, no Município de Rorainópolis, se encontra da mesma forma e a vicinal 26, que Vossa Excelência conhece muito bem, pois já ficamos, muitas vezes, atolados lá naquela vicinal. Há mais de três anos vem recursos federais para fazer o asfalto daquela vicinal que liga o Baliza a Nova Colina, o que diminuiria a distância em 80 quilômetros. Esses recursos vêm desaparecendo e o asfalto não é

feito. Junto-me a Vossa Excelência, Deputado **Gabriel**, na bravura e na coragem de defender o nosso Estado. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Parabenizo Vossa Excelência pela explanação. Quero juntar-me a Vossa Excelência nesses apelos, desmotivado com a causa do nosso Estado. Como dizem os jovens, o Governador está “viajando na maionese”, o que está acontecendo no Estado é algo alarmante. Cadê os recursos públicos que não estão sendo aplicados de maneira correta, de maneira a atender as necessidades do nosso povo? Estava agora a pouco conversando com o Deputado **Flamarion Portela**, são oito milhões de reais por dia que entram nos cofres do Governo, e não temos saúde, não temos educação e nem segurança, falta infraestrutura para que possamos operacionalizar a questão produtiva do nosso Estado, o que é uma das poucas saídas para resolução de econômica diferenciada e, para sairmos dessa malfadada economia do contra cheque que sustenta o Estado. Hoje foi deflagrado uma operação pela Polícia Federal efetuou dezesseis mandatos de busca e apreensão de figurinhas antigas da política do nosso Estado, que vão presos e depois voltam a gestão pública, pois o povo cobra e continua a reeleger. Hoje estamos nesta Casa debatendo assuntos que deveriam ter sido resolvidos há muito tempo.

Quero convidar todos os colegas, Deputado, para que possamos nos unir em prol das causas do nosso Estado, o qual está pedindo socorro. Ontem falei que nós estamos vivendo num Estado de calamidade pública, não é só na saúde, educação e segurança pública, é em todas as áreas e o Governo não toma nenhuma providência. Passou pelos cofres público do Estado de Roraima três bilhões e noventa e um milhões de reais e ninguém sabe onde e como foi aplicado. Estou fazendo um levantamento e depois vou denunciar aqui, na Casa, e levar até ao Ministério Público para que seja tomada uma providência. Não podemos esperar a ação do Governo que nunca toma uma providência e o nosso estado de mal a pior. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** continua – Essas indicações que faço é para defender o povo de Roraima, não é só por eu ser Deputado da oposição, é por uma necessidade de defender o povo, pois fui eleito com o propósito de defender Roraima e a sua população. Deixo os meus agradecimentos aos colegas que me apartearam. Sei que não é só culpa do Governador, muitas vezes, é falta de gestão dos seus assessores que faltam com o compromisso, pois se não fosse preciso ter auxiliares, não existiriam secretários e diretores. Os secretários têm que sair dos seus gabinetes e irem para o campo, porque os problemas de Roraima estão no campo, é de lá que vem a nossa produção. Muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) Temos na pauta da Ordem do Dia dois Requerimentos. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento número 011/11 que convoca o Senhor **Márcio Junqueira**, Presidente do INTERAIMA, com data a ser fixada pela Mesa Diretora para fazer uma explanação sobre as atividades daquele Órgão.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhor Presidente, nós temos um Requerimento solicitando a vinda do Senhor **Márcio Junqueira** para prestar esclarecimentos, e, acredito que este Requerimento é importante, porém, entendo que a Assembleia Legislativa precisa primeiro analisar o nome do Senhor **Márcio Junqueira** para efetivá-lo ou não na função de Presidente do INTERAIMA. A partir do momento que a Assembleia se antecipa e escuta como atual Presidente na qualidade de membro efetivo do INTERAIMA, a Assembleia Legislativa automaticamente está dando o atestado de que está o efetivando na função.

Então, estou na dúvida se a Assembleia Legislativa vai colocar o nome do Senhor **Márcio Junqueira** para efetivá-lo ou não no INTERAIMA. E se o ex-Deputado vem a Assembleia Legislativa, faz a explanação, orienta os Senhores Deputados, explica os fatos que estão sobre interrogação, e de repente tem o indeferimento da Casa. Então, essas são as minhas ponderações com relação ao Requerimento. Acredito que antes de votar, tínhamos que chamar o ex Deputado **Márcio Junqueira** para que ele fosse ouvido e sabatinado na Comissão, e para que, a partir daí, a Assembleia Legislativa pudesse entrar com o Requerimento. Queria que Vossa Excelência colocasse a título de sugestão essa minha posição até para discutir a retirada do Requerimento, uma vez que, o ex Deputado **Márcio Junqueira**, que

hoje é Presidente do ITERAIMA, nomeado interinamente, só será efetivado quando o Poder Legislativo resolver essa situação que gostaria que fosse discutida pelos Deputados.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem. Deputado **Jalser**, acredito que essa é uma grande oportunidade para o Senhor **Márcio Junqueira** fazer uma breve explanação do que está, atualmente, acontecendo e para que se mostre apto ou não para exercer a função, apesar de não ser ainda presidente, mas está assinando pela pasta. Esses acontecimentos foram denunciados agora e acredito que seja justo ele vir fazer a explanação e a partir daí, termos subsídios para decidir se ele está ou não apto para ser efetivado na devida pasta. Esse é o meu entendimento. Obrigado.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Senhor Presidente, acredito que é uma oportunidade para o **Márcio**, como ele está representando o ITERAIMA, mesmo ainda não sendo confirmado pela Assembleia Legislativa, ele deve vir e nos dá as informações que precisamos e, se ele tem conhecimento, acredito que a denúncia não se refere a pessoa do ex Deputado, até porque pelo tempo que ele está na administração do órgão, ele pode nos informar sobre o que efetivamente está acontecendo para que possamos nos manifestar se o mantemos ou não a frente do ITERAIMA. O Senhor **Márcio Junqueira** deve se apresentar aos 24 Deputados, demonstrar qual o seu interesse, qual o conhecimento que detém dessas denúncias, para fazermos uma avaliação criteriosa.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Quero entrar no assunto, discordando democraticamente do meu nobre companheiro de situação, **Jalser**. Estou de acordo com a opinião do Deputado **Célio**, por entender que o Governo possa ficar em silêncio diante dos fatos que foram apontados, e a fonte mais legítima para buscar essas informações é exatamente o atual Presidente do ITERAIMA, embora reconhecendo e compartilhando com a opinião de Vossa Excelência de que ele por está lá apenas um mês, talvez não possa se inteirar do que vem ocorrendo, mas, de qualquer sorte, é o ponto de partida. Então, acho que é importante a presença dele, pois a cada acusação que surgir de uma forma ou de outra teremos que dar a resposta à sociedade que nos colocou aqui para que façamos com que as dúvidas e ações sejam devidamente esclarecidas. Sou favorável a vinda do Presidente **Márcio Junqueira**.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor Presidente, quero aqui concordar com as palavras do Deputado **Jalser**. Acredito que enquanto não aprovamos o nome do senhor **Márcio Junqueira**, não há motivos para ouvi-lo. Pois, pode ser que ele nem seja efetivado. Então, antes da aprovação do seu nome, deveríamos sabatiná-lo. Na minha opinião, esse Requerimento deve ser retirado e analisado posteriormente.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Quero me manifestar a favor da vinda do Senhor **Márcio Junqueira**, uma vez que, como Presidente Interino do ITERAIMA, ele deve estar por dentro das denúncias. Acho que devemos sabatiná-lo. Diante dessas denúncias, primeiro ele tem que esclarecer os fatos para que possa ficar livre para saber se está preparando para a função ou não. É de grande importância que ele venha para que nós possamos ter conhecimento do trabalho do ITERAIMA.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Quero me congratular com os nobres Deputados **Naldo** e **Célio** para que o Presidente **Márcio Junqueira** venha a esta Casa para avaliarmos o seu perfil. Ele deve conhecer sim os problemas que estão ocorrendo e para depois aprovarmos ou não o nome dele quando for sabatinado.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Senhor Presidente, fui um dos Deputados que assinou o Requerimento, estou de acordo com os Deputados **Erci** e **Célio** ao ressaltarem a importância do Senhor **Márcio Junqueira** vir a esta Casa, pois ele está hoje como Presidente do ITERAIMA, está exercendo uma função. Após a sabatina fica concretizado se ele fica ou não como Presidente do ITERAIMA. Acredito que ele tem que esclarecer os fatos para os produtores rurais e para a sociedade de Roraima. Sou a favor de sua vinda a esta Casa.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente e Senhores Deputados. Mesmo interino o Presidente **Márcio Junqueira**, deve estar inteirado de suas responsabilidades e da responsabilidade daquele órgão. O Deputado Marcelo Cabral tem razão quando diz que ele é responsável pelo período que estiver lá, mas, também, tem a responsabilidade de informar todas as pendências, esclarecimentos, e dúvidas que parem sobre a instituição. A vinda dele aqui só vai esclarecer isso, e concordo com o Deputado **Naldo** que se

estiver tudo claro, o nome dele vai ser aprovado com maior facilidade, se estiver restrito, a Comissão e o Plenário terá insegurança, a respeito do esclarecimento ou não dos fatos. É o meu posicionamento.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhor Presidente, não estou contra o Requerimento e nem contra a vinda do Presidente **Márcio Junqueira**. Acho que ele tem que vir esclarecer alguns pontos, tem sim, inclusive porque já está nas páginas dos jornais a sua. Recentemente, me lembro, esteve aqui no Plenário desta Casa a Senhora **Ana Célia** que foi secretária adjunta, da pasta da educação, ela veio fazer uma explanação do seu trabalho a frente da UNIVIR aqui na Assembleia Legislativa. E, eu me lembro que a professora **Ana Célia** fez a sua explanação e recebeu elogios e palmas da maioria dos Senhores Deputados dentro deste Parlamento. Quando a professora foi submetido ao crivo do Poder Legislativo, ela perdeu. Então, de nada valeu a explanação que ela fez dentro da Assembleia Legislativa. O que eu quero colocar Senhor Presidente, é que eu não estou contra o Requerimento. Acho que o ex-Deputado **Márcio** tem que vir sim. Vou votar favorável ao Requerimento. Eu só levantei um ponto que entendo importante porque estamos colocando a carroça na frente dos bois, pois o Presidente desta Comissão poderia muito bem amanhã convidar o Deputado **Márcio Junqueira** para prestar esclarecimentos no tocante a sua gestão à frente do ITERAIMA, pelo menos para a Comissão.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, o Deputado **Jalser Renier** levantou uma questão que tem procedência sem a menor dúvida, mas vou esclarecer um pouco porque é histórico. E, se é histórico, é fato e todos nós conhecemos. O que aconteceu com a professora **Ana Célia**? Ela foi sabatinada pela comissão, eu particularmente não participei desta comissão. Agora, eu não tenho a menor dúvida de que ela é uma pessoa competente e tem um desempenho funcional elogiável. Por que aprovamos o **Ramiro Teixeira** e não aprovamos a professora **Ana Célia**? Eu conversei com alguns Deputados que me disseram: “A professora **Ana Célia** nunca me pediu um voto, o **Ramiro** me pediu três vezes. Ela achava que a Assembleia tinha a obrigação de aprovar o nome dela”. Eu só estou citando paralelos para que possamos entendê-los. Acho que a **Ana Célia** merecia estar na UNIVIR, agora, como ela se prendeu a comissão, não pediu voto demais Deputados, não ficou. Então, esse é o posicionamento da Casa, sendo que o mais interessante é que no mesmo dia votamos no **Ramiro** praticamente por unanimidade e, em seguida, na mesma Sessão, o nome da **Ana Célia** não foi aprovado. Mas, esse é o comportamento do Parlamento para ilustrar e confirmar o que o Deputado **Jalser** falou, só acrescentando algumas informações a mais. Nós temos aqui quatro órgãos para sabatar: CAER, UNIVIR, ITERAIMA e FEMACT. Acho que temos que fazer isso rápido porque tem uma emenda constitucional, que é bem clara, que se durante trinta dias o dirigente não for sabatinado pela Assembleia, seus atos são nulos. Isso é constitucional, porém, o Senhor Governador só enviou pra cá dia dois de março quando a FEMACT, por exemplo, tinha mais de trinta dias. Então, são questões que o parlamento tolera, não questiona, se comportando uma hora de um jeito, uma hora de outro. É assim mesmo, a convergência e a divergência é intrínseca ao Parlamento.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, sei que esse assunto já foi por demais discutido, mas quero apenas fazer uma sugestão. Essa questão se ele vai ou não ser aprovado é uma outra coisa, o Plenário é soberano e decide sempre sobre isso. Lá no Senado Federal também já houve muito isso, a Comissão sabatina, aprova o nome na comissão e quando vai para o Plenário é rejeitado. Mas, o que eu gostaria de sugerir é que aprovemos o Requerimento, porém, que a data a ser marcada para ouvi-lo seja apenas após o encaminhamiento da documentação solicitada, pois já que vamos ouvi-lo sobre as denúncias feitas com relação à grilagem de terras, entretanto nem todos os Deputados têm conhecimento do que foi solicitado e o que têm em mãos para poder interrogar o Presidente interino do ITERAIMA. Era a minha sugestão Presidente.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Encerrada a discussão. Coloco a matéria em votação. Os Deputados que concordam com o Requerimento permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento solicitando que seja convidado o Superintendente do INCRA em Roraima, **Titonho Bezerra**, para fazer uma explanação sobre as atividades daquele órgão em relação às transferências de terras ao Estado de Roraima e suas consequências.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado (**Mecias de Jesus**) – Senhor Presidente, o Requerimento por si só já fala da necessidade da vinda do Superintendente do INCRA a esta Casa. Mas, ontem, após o meu pronunciamento, o Superintendente do INCRA ligou-me e colocou-se a disposição para vir a esta Casa. Achei um gesto digno, louvável para vir aqui explicar como se encontra hoje a transferência de terras para o Estado e, inclusive, falar das terras que ainda não foram transferidas das áreas que estão sobrepostas e uma série de conflitos que são de interesse da sociedade. Eu só gostaria de pedir ao Plenário que aprovasse esse Requerimento, tendo em vista que, o próprio Superintendente do INCRA já se colocou a disposição para vir, tão logo a Casa marque, ele está à disposição. Era o que eu tinha a dizer Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Não havendo mais nenhum dos Senhores Deputados que queria discutir a matéria, colocou em votação. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra**- Senhor Presidente, eu fiz um ofício Requerendo do Senhor Secretário do Estado de Agricultura a cópia dos contratos de parceria e prestação de serviços entre colaboradores do matadouro frigorífico industrial e Roraima e aquela

Secretaria. Está com mais de trinta dias, já os cobrei por diversas vezes do Senhor Secretário e sua assessoria. Agora, deram-me a desculpa de que perderam o ofício e que posteriormente nos dariam as informações através de um outro ofício que seria enviado. Eu gostaria que a Mesa, através do Senhor Presidente, esclarecesse aos Senhores Secretários que nós somos representantes do povo e merecemos respeito, sejamos da situação ou oposição. O que está acontecendo é uma falta de respeito e gostaria que a Mesa se pronunciasse e tomasse providências no sentido de esclarecer ao primeiro-escalão do Governo que quando um ofício de um Deputado chegasse, fosse respondido dentro do prazo determinado. Era o que eu tinha a dizer, muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Senhoras e Senhores Deputados, quero convidar os membros da Comissão de infraestrutura e Obras, Deputados: **Remídio Monai, Naldo da Loteria, Gabriel Picanço** para uma reunião logo após a Sessão.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo mais nenhum dos Senhores Deputados que desejem usar de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 17, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jalser Renier, Jean Frank, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 17/03/2011

Quer ajuda?



CHAME

CENTRO HUMANITÁRIO DE APOIO À MULHER
 COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER/ALE-RR



“Mulher de Roraima
 não deixe ficar
 impune nenhuma
 violência contra você.”
Procure o CHAME !

Maria da Penha

**HORÁRIO DE
 FUNCIONAMENTO**

De Segunda à sexta-feira das 8h às 18h
 RUA CORONEL PINTO, 524 - CENTRO
 TEL: (95) 3623-2103 - e-mail: cdm@al.rr.gov.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

www.al.rr.gov.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo

DO ESTADO DE RORAIMA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA